

O percurso esportivo das mulheres pioneiras no cenário paralímpico Sul-rio-grandense

The sportive route of the pioneer women in Paralympic scenario from Rio Grande do Sul

BEGOSSI TD, MAZO, JZ. O percurso esportiva das mulheres pioneiras no cenário paralímpico sul-rio-grandense. *R. bras. Ci. e Mov* 2016;24(4):143-155.

Tuany Defaveri Begossi¹
Janice Zarpellon Mazo¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO: A presente pesquisa aborda o percurso esportivo das atletas Anelise Hermany, Leila Marques e Vera Bergamo pioneiras no atletismo paralímpico sul-rio-grandense e nacional. As atletas protagonizaram o cenário dos esportes para pessoas com deficiências no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil ao vivenciarem o contexto inicial de estruturação deste campo (décadas de 1970-1980). Para além do âmbito regional, as atletas se destacaram em competições nacionais de atletismo e representaram o Brasil nos Jogos Paralímpicos de 1988, realizados em Seul, na Coreia do Sul. Diante disso, o objetivo deste estudo é investigar os percursos esportivos das três atletas deficientes visuais, pioneiras no atletismo paralímpico sul-rio-grandense e brasileiro. Para tanto, privilegiou-se o referencial teórico-metodológico da Nova História Cultural e da História Oral, assentando-se na análise de fontes orais, as quais foram confrontadas com os resultados obtidos através da revisão bibliográfica. A investigação demonstrou que apesar de se inserirem de maneiras distintas no esporte suas histórias foram cruzadas por meio da prática do atletismo. Além disso, o caminho percorrido pelas atletas foi marcado por dificuldades, dentre elas a falta de condições de treinamento e os insuficientes incentivos ao esporte para pessoas com deficiência no país. Suas memórias evidenciaram muito mais que percursos esportivos, uma vez que, elas registraram parte da história esportiva paralímpica brasileira. Diante disso, consideramos que as atletas deixaram um legado, que a presente pesquisa buscou revelar. Espera-se, por meio desta versão da história, contribuir com outros estudos, mas também preservar a memória esportiva do país sede dos Jogos Paralímpicos de 2016.

Palavras-chave: História do esporte; Jogos Paralímpicos; Atletismo; Mulheres.

ABSTRACT: This research approaches the sportive route of the athletes Anelise Hermany, Leila Marques and Vera Bergamo, pioneer women in paralympic athletics of Rio Grande do Sul and national levels. The athletes starred the sports scenario for people with disabilities in Rio Grande do Sul state and Brazil when they experience the initial context of structuring this field (decades of 1970-1980). In addition to the regional level, the athletes have shined through national athletics competitions and they have represented Brazil at the 1988 Paralympic Games performed in Seoul, South Korea. Thus, the aim of this study is to investigate the sporting routes of the three visually impaired athletes, pioneers in paralympic athletics from Rio Grande do Sul and Brazil. For this purpose, the research focused on the theoretical and methodological referential of the New Cultural History and Oral History, relying on the analysis of oral sources, which were confronted with the results obtained from the literature review. The research has shown that despite participating with different ways in sport their stories have intercrossed through the practice of athletics. In addition, the path taken by athletes was marked by difficulties, among them the lack of training conditions and insufficient incentives to sport for people with disabilities in the country. Their memories, therefore, showed much more than sporting routes, since they recorded part of the Brazilian paralympic sports history. Therefore, it is considered that the athletes have left a legacy that this research sought to reveal. It is hoped, through this version of history, to contribute with other studies and also to preserve the sporting memory of the country that is host the Paralympic Games of 2016.

Key Words: History of Sport; Paralympic Games; Athletics; Women.

Introdução

O caminho percorrido pelas mulheres para ascenderem e permanecerem na prática esportiva foi marcado por inúmeras resistências, sejam elas advindas do contexto sociocultural no qual estiveram inseridas, ou pela imposição da legislação. Um fato marcante foi à promulgação do Decreto-Lei nº 3.199 em 1941, o qual proibia a prática de qualquer esporte considerado incompatível com as corretas e naturais condições e funções femininas^{1,1*}. Esta medida legal perdurou por mais de 30 anos e somente no final da década de 1970 foi alterada pela Deliberação nº 10 de 1979 do Conselho Nacional de Desportos (CND), a qual determinou: “às mulheres se permitirá a prática de desportos na forma de modalidades e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada desporto, inclusive em competições, observando o disposto na presente deliberação”³.

As normativas jurídicas produziram impedimentos significativos à inserção da mulher no campo esportivo, especialmente no que diz respeito à prática do esporte de alto rendimento. Uma evidência de tal afirmação é o fato da primeira participação de uma atleta brasileira em Jogos Olímpicos ocorrer apenas no ano de 1932, em Los Angeles, Estados Unidos, e a conquista das primeiras medalhas na edição dos Jogos Olímpicos de 1996 em Atlanta, nos Estados Unidos⁴. De tal modo, se verifica uma lacuna de mais de 60 anos para que as atletas brasileiras obtivessem os primeiros resultados de destaque em Jogos Olímpicos.

Se no contexto do esporte olímpico brasileiro, as mulheres superaram muitas barreiras em busca da conquista do direito a prática esportiva e de participação em competições, no cenário do esporte paralímpico^{2*}, por sua vez, o caminho percorrido pelas atletas brasileiras tornou-se ainda mais árduo. As barreiras, muitas vezes simbólicas, são percebidas nas entrevistas gravadas com as mulheres medalhistas em Jogos Paralímpicos⁹⁻¹⁰⁻¹¹⁻¹²⁻¹³, bem como em estudos, como, por exemplo, de Tonon¹⁴, Carmona, Pereira e Mazo¹⁵, Assis¹⁶ e, Carneiro e Hanai¹⁷. Além de enfrentarem os percalços já existentes no campo esportivo brasileiro, as atletas, mulheres com deficiência, persistiram também a falta de incentivo, às dificuldades de adaptação, as insuficientes condições de treinamento, dentre outros entraves.

A despeito dessa conjuntura, a atleta sul-rio-grandense Anelise Hermany participou dos Jogos Paralímpicos de 1984, em Nova York (Estados Unidos). Na ocasião, a atleta deficiente visual, conquistou duas medalhas de prata nas provas de 100 metros rasos e no salto em distância, e uma medalha de bronze na prova de 800 metros rasos. Tais conquistas destacaram Anelise Hermany como a primeira atleta brasileira, deficiente visual, a obter medalha no atletismo, em Jogos Paralímpicos¹⁸.

Além de Anelise Hermany, outras mulheres também marcaram presença nos esportes para pessoas com deficiências no estado do Rio Grande do Sul (RS) e no Brasil, durante os anos de 1970 e 1980^{3*}. No entanto, a ausência de registros em acervos de associações, em escolas especializadas e convencionais, e mesmo a escassez de estudos que se dediquem a dar visibilidade às mulheres no esporte paralímpico^{4*}, especialmente, com relação às mulheres atletas, pode produzir a falsa impressão de que elas não tiveram protagonismo. Na perspectiva de abalizar a atuação das mulheres, entendemos a necessidade reconstituir e preservar suas memórias, principalmente por meio de depoimentos orais de homens e mulheres, uma vez que, eles são parte da memória social do esporte paralímpico no brasileiro.

Tendo em vista este panorama, o objetivo do estudo é investigar os percursos esportivos das três atletas

¹ Ressalta-se que após duas décadas da publicação do Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, tais disposições foram, novamente, reafirmadas através da Deliberação nº 07 de 1965 do CND, a qual estabeleceu que não era permitido às mulheres a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo e baseball².

² Sobre as interfaces do cenário do esporte paralímpico brasileiro ver Winnick (2004)⁵; Marques *et al.* (2009)⁶; Parsons; Winckler (2012)⁷; Mello; Winckler (2012)⁸.

³ O início da década de 1980 é apontado como um período significativo no avanço ao atendimento às pessoas com deficiência em âmbito mundial. Inclusive, o ano de 1981 foi instituído como “Ano Internacional da Pessoa Deficiente”. O objetivo desta ação foi conchamar todos os países, seus governantes, a sociedade e as próprias pessoas com deficiência, a tomar consciência e providências para garantir a prevenção da deficiência, o desenvolvimento das habilidades, a reabilitação, a acessibilidade, a igualdade de condições, a participação plena e a mudança de valores sociais (preconceitos e atitudes discriminatórias)⁹.

⁴ Com relação à produção científica sobre o esporte adaptado e paralímpico no Brasil, realizamos um levantamento em periódicos nacionais da Educação Física sobre os estudos publicados durante o período de 1972 a 2012. A busca localizou 61 títulos de revistas da área da Educação Física, sendo que apenas 26 (42,62%) apresentaram em suas publicações conteúdos sobre o esporte adaptado e/ou paralímpico. Dentre as produções encontradas, constatamos que 121 abordavam o assunto em questão, sendo a maior parte publicada posteriormente ao ano de 2009. Ressalta-se que esta pesquisa está em andamento, porém nesta nova etapa, o levantamento foi pautado pelo critério de quadriênio (2013-2016) da CAPES, utilizado na avaliação dos programas de pós-graduação. Em razão disso, o estudo desta produção científica sobre o esporte adaptado e paralímpico no Brasil será finalizado no primeiro semestre de 2017. Salienta-se que nesta pesquisa acerca das publicações nacionais sobre o esporte adaptado paralímpico, um dos termos (palavra-chave/descriptor) de busca é “mulheres”.

deficientes visuais, pioneiras no atletismo paralímpico sul-rio-grandense e brasileiro. As atletas Anelise Hermany, Leila Marques e Vera Bergamo testemunharam o contexto inicial de estruturação do esporte adaptado e paralímpico no RS. Todavia, para além do âmbito regional, as atletas se destacaram em competições nacionais de atletismo e representaram o Brasil nos Jogos Paralímpicos de 1988, em Seul, Coréia do Sul, em uma época que não havia o apoio de uma entidade nacional, como já ocorria no esporte olímpico, por meio do Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

Para a realização desta pesquisa, nos apoiamos nos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural e da História Oral, buscando apresentar uma narrativa histórica de representações do passado e formulando uma versão do já representado. Na mesma medida em que se busca dar visibilidade às mulheres no esporte paralímpico, também se registra uma versão acerca do desenvolvimento deste campo esportivo no país. Na montagem deste quebra-cabeça, não podemos perder de vista, que o patamar atingido pelo esporte paralímpico brasileiro no tempo presente foi trilhado em tempos passados por atletas com deficiência, homens e mulheres, que atingiram o mais de alto rendimento em um determinado tempo e contexto sócio-histórico.

Referencial teórico-metodológico

Na busca por investigar os percursos esportivos das três mulheres atletas sul-rio-grandenses deficientes visuais, localizamos nossa investigação no campo da História do Esporte²⁰⁻²². Além disso, buscamos apoio teórico na Nova História Cultural, perspectiva historiográfica que parte do pressuposto de que a realidade social é culturalmente construída²³⁻²⁴. Nesta perspectiva, privilegiamos as atletas enquanto sujeitos históricos, que vivenciaram e produziram determinadas práticas e representações culturais em diferentes tempos e lugares. De tal modo, por meio de suas memórias, tornaram possível o acesso a informações que até então estiveram ausentes no tempo, significando através da memória, suas próprias práticas e representações culturais do esporte na condição de atletas.

A narrativa, por sua vez, faz esta articulação entre passado e o presente, sendo possível, portanto, através da memória, reconhecer ou confirmar a autenticidade das lembranças²⁵. Nesta perspectiva, a História Oral²⁶⁻²⁷, tornou-se basilar para a estruturação do presente estudo por meio de uma reconstrução do vivido, a partir das lembranças de mulheres atletas que se constituíram sujeitos históricos de acontecimentos no campo esportivo paralímpico. Ademais, suas memórias nos auxiliaram a traçar, historicamente, um cenário sociocultural do esporte paralímpico, em particular, da capital do estado do Rio Grande do Sul, cujas informações não podem ser generalizadas para outros estados e cidades brasileiras.

De modo a operacionalizar o objetivo proposto realizamos, inicialmente, uma revisão bibliográfica com o intuito de levantarmos informações que subsidiassem nossas interpretações ao longo do estudo. Para além desses dados, a pesquisa foi construída, sobretudo, a partir de fontes orais, pretendidas através da realização de entrevistas^{5*} com as três atletas paralímpicas sul-rio-grandenses. Tais fontes foram processadas contemplando as orientações da História Oral²⁷.

As informações obtidas por meio da História Oral foram confrontadas com a revisão bibliográfica e interpretadas na perspectiva do referencial teórico. Os resultados da análise foram organizados em tópicos e são apresentados na sequência.

Nos rastros da prática esportiva adaptada

No Brasil, o atendimento educacional direcionado às pessoas com deficiência visual teve início com a fundação do Imperial Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constante (IBC), na cidade do Rio de

⁵Ressalta-se que as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme consta no projeto nº 27331 aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS. Este estudo histórico faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo denominado "Memórias do Esporte Paralímpico no Brasil: um estudo sobre a participação de atletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos (1972-2012)", financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), durante o período de 2014-2015.

Janeiro, no ano de 1854²⁸. Segundo Morato, Gomes, Scaglia e Almeida²⁹, estes institutos exerceram grande influência na formação das pessoas com deficiência visual, especialmente, na conscientização de seus direitos. Foi nestes espaços que ocorreram as primeiras manifestações da inserção do conteúdo esportivo nas atividades relacionadas como essenciais à formação destes cidadãos³⁰.

Na cidade de Porto Alegre, capital do estado do RS, destacamos a criação do Instituto Santa Luzia, no ano de 1941. Conforme registrado no texto que aborda o histórico desta instituição, foi concebida tendo por finalidade “recolher os cegos para dar-lhes uma oportunidade, favorecendo-lhes os meios até então inexistentes no Rio Grande do Sul”³¹. As atividades da instituição iniciaram sob os cuidados e coordenação de quatro religiosas (irmãs) as quais, já nos primeiros dias, se dedicaram a dar uma formação intelectual, moral, profissional e religiosa aos 50 primeiros alunos matriculados³¹.

Foi no Instituto Santa Luzia que, assim como tantas outras pessoas, a atleta Anelise Hermany deixou a cidade de Ijuí, a 400 km de Porto Alegre, em busca de uma formação, no ano de 1971. Sendo a mais nova de seis irmãos, a atleta relatou que voltava à cidade natal, dois finais de semana ao mês e, no restante dos dias permanecia nas dependências da instituição por tempo integral. Ela lembra: “Era difícil, mas foi uma época muito boa. Só tenho a agradecer ao colégio, pois lá desenvolvemos tudo o que sabemos hoje em dia”³².

O regime de internato, adotado por instituições como o Santa Luzia, era o formato que permitia as crianças e adolescentes deficientes visuais residirem no local. Durante o período em que permaneciam nestas instituições, conheciam o sistema *Braille*, eram alfabetizados e educados, aprendiam ofícios, realizavam cursos de orientação e mobilidade, além de praticarem esportes. De acordo com o depoimento de Anelise: “Eles nos deram estudo, nos deram a chance de poder aprender a fazer as coisas de maneira independente, a arrumar a cama, fazer comida. Foi sofrido, mas, valeu à pena”³².

Com relação à prática esportiva no interior do Instituto Santa Luzia, o professor Fredolino Adalberto Ricardo Taube^{6*} em depoimento³³, rememorou o período em que, voluntariamente, deu aulas de ginástica e futebol aos alunos deficientes visuais. Segundo Taube³³ (p.12-13) “o pátio era lajeado, de arenito, cheio de buracos. Mas, mesmo assim, eu dava ginástica para eles e, depois, eles queriam jogar futebol”. Para o professor, estas atividades esportivas eram também, uma forma de ocupar os alunos internos, visto que a instituição era de certa forma, residência deles³³.

O Instituto Santa Luzia também foi tido como residência para a atleta Vera Luiza Bergamo. Assim como Anelise Hermany, Vera trocou sua cidade de origem, Machadinho/RS, para buscar uma formação pessoal e atendimento especializado. Quando tinha 14 anos de idade começou a frequentar as aulas na instituição em Porto Alegre, permanecendo como aluna interna. Cabe destacarmos que, durante os anos de 1970 não havia em cidades localizadas no interior do estado do RS, um local que oferecesse oportunidades de estudo e aprendizado de novas práticas às pessoas com deficiência visual. Em razão disso, o Instituto Santa Luzia foi e ainda é tido como referência no atendimento a esta parcela da população, no estado do RS³⁴.

Para além das atividades de alfabetização, o Instituto Santa Luzia tornou-se pioneiro, também, no oferecimento de práticas corporais e esportivas para deficientes visuais, no estado do RS. Os conteúdos das práticas foram oferecidos aos alunos nas aulas de Educação Física, no entanto, em razão da falta de materiais e de uma infraestrutura adequada, muitas estratégias precisaram ser adaptadas. Em seu depoimento, o professor Taube³³ comentou que os próprios alunos criavam os materiais para a prática esportiva, o que parece ter causado espanto ao professor: “Um deles inventou uma “coisa” que passou a ser usada por outros”.

^{6*}O professor Fredolino Adalberto Ricardo Taube, além de professor, também foi diretor da Escola Superior de Educação Física (ESEF), do estado do Rio Grande do Sul durante o seu processo de federalização (1970-1971). Atuou também como treinador de atletismo da “Sociedade Ginástica Porto Alegre, 1867” (SOGIPA), além de ministrar aulas como professor voluntário no Instituto Santa Luzia de Porto Alegre/RS.

O que fizeram: amarraram do lado de fora [da bola], umas tampas de cerveja. Aquelas “tampinhas” faziam barulho, então, estava tudo bem. Estavam jogando. [...] Depois, eu comprei uns “guizozinhos”, mandei abrir a bola e colocar os guizos lá dentro, porque os pés dos alunos estavam todos machucados de tanto chutar a tampa da cerveja³³ (p. 13).

A necessidade de adaptação, tanto de equipamentos quanto de locais para à prática, foi tida como fator determinante na escolha das modalidades esportivas a serem desenvolvidas nas instituições para deficientes visuais. O atletismo, por sua vez, foi inserido no Instituto Santa Luzia justamente em razão da facilidade de adaptação dos locais de prática e também da exigência de poucos equipamentos. Segundo relato das atletas Anelise e Vera, o atletismo foi introduzido por iniciativa do professor Rubens Lima de Souza, em meados da década de 1970. Posteriormente, outros professores se envolveram e incentivaram a prática desta modalidade na instituição³²⁻³⁵. A atuação dos professores, com apoio institucional, na promoção do esporte, repercutiu e deu visibilidade ao Instituto Santa Luzia, que no ano de 1979 foi convidado a fazer uma demonstração e a participar de jogos na Argentina.

Este convite foi rememorado pela atleta Vera Bergamo, ao relatar que seu envolvimento com o esporte foi intensificado a partir do momento em que foi uma das selecionadas pelos professores para viajar à Argentina. Em razão disso seu treinamento focou a preparação para as modalidades de 100 metros rasos e salto em altura. Entretanto, não obstante, a organização da instituição e a intensa preparação dos alunos, o evento esportivo na Argentina foi cancelado. Todavia, tal preparação, segundo a atleta³⁵, favoreceu a participação nas 1^{as} Olimpíadas ou “Olimpíadas de Deficientes Visuais”, que ocorreram no estado de São Paulo, em outubro de 1979.

Na ocasião, o Instituto Santa Luzia conquistou o título de campeão na competição de atletismo e vice-campeão no futebol de salão. As provas de atletismo, por sua vez, foram rememoradas com contentamento pela atleta Vera Bergamo: “Foi muito bom. Era tudo novo para mim. Eu ficava com a adrenalina lá em cima, o que era bom”. Em seu depoimento é possível identificar como eram estruturadas as competições, bem como a opinião da atleta em relação aos tempos atuais: “era, bem diferente porque ainda não existia muita tecnologia, ninguém tinha um conhecimento para nós fazermos os treinamentos, para competir”³⁵ (p. 3). Vera, também explica detalhes do treinamento:

Nos 50 e 100 metros, por exemplo, nós não tínhamos guias, como se usa atualmente. Era uma corda que eles colocavam na pista. Eles fixavam umas estacas, umas madeiras, no início e no final dos 100 metros e nós pegávamos outra cordinha na mão, que deslizava sobre aquela corda que estava estendida ali na pista. Assim, nós fomos correndo, nos guiando por aquela cordinha. [...] Assim, fazíamos os 200, os 400. Os 1500 metros levava muito tempo para ser realizado³⁵ (p. 3).

Estes eventos esportivos congregavam alunos, professores e demais profissionais envolvidos com o esporte adaptado e paralímpico do Brasil. Para Morato, Gomes, Scaglia e Almeida²⁹ (p. 56), “a interação destes personagens (professores/técnicos e alunos) em um mesmo contexto, seja no instituto de educação ou em outra instituição esportiva, propiciava a formação de equipes representativas que poderiam interferir, significativamente, na inserção de futuros atletas em equipes nacionais paralímpicas”. Contudo, mesmo com o reconhecimento da importância das competições, poucas eram as associações e/ou instituições que as organizavam visando o desenvolvimento do esporte adaptado e paralímpico no Brasil.

Esta situação talvez possa ser explicada pela falta de recursos e incentivos na época, meados de 1970, uma vez que, a institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil só ocorreu a partir da criação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), no ano de 1995^{36,7*}. Nos depoimentos das atletas³²⁻³⁵, encontramos informações que, segundo elas, influenciavam negativamente o desenvolvimento do esporte paralímpico durante sua fase inicial de conformação. Dentre os percalços enfrentados estava à falta de incentivos financeiros às instituições e também aos atletas, condição que impedia a participação em competições. É provável que, por sua vez, tal fato repercutia também

⁷Vale salientar, que antes do estabelecimento do CPB já havia iniciativas no país que, talvez, sejam desvendadas pela reconstituição da memória oral, tendo em vista os raros registros documentais.

no baixo índice de adeptos ao esporte paralímpico inibindo, conseqüentemente, seu desenvolvimento no país.

Esta conjuntura começou a ser, gradualmente, modificada no panorama porto-alegrense^{8*} no final da década de 1960, a partir da iniciativa de um grupo de egressos do Instituto Santa Luzia, que criou em 1967, uma associação para os representasse na sociedade: a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS). Inicialmente, as ações da ACERGS foram direcionadas apenas à assistência social de seus frequentadores. A entidade não se dedicava a promover a prática esportiva entre seus associados.

No princípio da década de 1970, talvez impelida pela organização da ACERGS, foi fundada a Sociedade Esportiva Luiz Braile (SELB) na capital do estado do RS, no ano de 1973³⁷. Diferentemente da ACERGS, a SELB foi criada tendo como principal objetivo promover a prática esportiva para os deficientes visuais. Os idealizadores da SELB foram Antônio Quaresma da Silva e Venceslau Antônio Padilha, ambos associados também à ACERGS.

Para além dessas ações que buscavam ampliar a prática esportiva entre as pessoas com deficiência no estado do RS, destacamos iniciativas também de ordem educacional, as quais foram levadas a efeito nos primeiros anos da década de 1980 no estado. A exemplo desta circunstância, citamos extratos do depoimento do professor Alberto Martins da Costa^{38, 9*}, que rememora sua aproximação com o esporte paralímpico. Segundo o professor Alberto³⁸ antes mesmo de se envolver com o esporte paralímpico, aproximou-se da Educação Física adaptada através de um congresso realizado na cidade de Tramandaí/RS, no ano de 1985. Este encontro foi promovido pela Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC) e teve por objetivo a discussão acerca da inclusão da disciplina de Educação Física e esportes adaptados nos currículos de Educação Física do Brasil.

Diante deste depoimento, podemos ratificar os notáveis anseios pela propagação do esporte adaptado e paralímpico, tanto em instituições de formação profissional, quanto entre as pessoas com deficiência visual no estado. Foi o caso, por exemplo, que ocorreu após a estruturação inicial de entidades como a SELB, quando esforços foram concentrados na busca por pessoas que se interessassem pela prática de esportes, especialmente do atletismo, e que tivessem disponibilidade para realizar treinamentos. Destacamos que a SELB elegeu o atletismo por entender, basicamente, que esta prática esportiva exigiria menos infraestrutura e equipamentos, tendo em vista a escassez de recursos da entidade.

Em decorrência deste movimento desencadeado pela entidade, a atleta Leila Marques conheceu o atletismo paralímpico e passou a frequentar os treinamentos do grupo representativo da SELB em competições. Em seu depoimento, a atleta nos relatou que estava em busca de emprego no Sistema Nacional de Emprego (SINE) de Porto Alegre, quando conheceu o senhor Venceslau Antônio Padilha. Ele era um grande incentivador do esporte adaptado e paralímpico^{10*} e a convidou para integrar a equipe que estava sendo formada.

Frente ao convite recebido e sem nunca ter conhecido uma pista de atletismo, Leila Marques foi apresentada ao universo do esporte paralímpico, no ano de 1983. Seus treinamentos iniciaram no mesmo instante em que, pela primeira vez, esteve na pista de atletismo denominada Ramiro Souto, localizada no Parque Farroupilha (conhecido como Redenção), em Porto Alegre. A partir de então, envolveu-se com a prática esportiva sendo orientada, inicialmente, pelos professores Airton Jardim e Elizabeth Pedrosa Ribeiro.

Diferentemente das atletas Anelise Hermany e Vera Bergamo, Leila Marques inseriu-se na prática esportiva tendo como objetivo o treinamento do esporte de alto rendimento. De acordo com o estudo de Pereira, Osborne, Pereira e Cabral⁴⁰, o esporte de alto rendimento contribui para que o atleta deficiente visual esteja incluído socialmente, além de

⁸No que se refere ao contexto paralímpico em âmbito nacional, entidades vinculadas ao esporte paralímpico e adaptado também foram estruturadas a partir dos primeiros anos da década de 1970. Dentre elas, destacamos a Associação Nacional de Desportos de Deficientes – ANDE (1975); Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas – ABRADECAR (1984); Associação Brasileira de Desporto para Cegos – ABDC (1984); Confederação Brasileira de Desporto para Surdos - CBDS (1987); Associação Brasileira de Desporto para Amputados – ABDA (1990).

⁹O Prof. Dr. Alberto Martins da Costa ocupa, atualmente, o cargo de Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Uberlândia e é presidente da Academia Paralímpica Brasileira (APB). Foi chefe da delegação paralímpica brasileira em vários campeonatos mundiais, tais como parapanamericanos e nos Jogos Paralímpicos de Sydney (2000), Atenas (2004) e Pequim (2008).

¹⁰O esporte adaptado é qualquer prática esportiva que tem suas regras, materiais e locais de realização modificados para atender pessoas que possuem algum tipo de deficiência³⁹. O esporte paralímpico é entendido enquanto uma prática adaptada para pessoas com deficiência, que faz parte do programa dos Jogos Paralímpicos⁷. Ressaltamos, portanto, que atualmente nem todo esporte adaptado é paralímpico como, por exemplo, o handebol em cadeira de rodas.

ser um importante instrumento na formação destes indivíduos. Ao inserir-se na prática esportiva, seja ela de alto rendimento ou não, desenvolvida em instituições educacionais ou em outros locais, a pessoa com deficiência tem a oportunidade de desenvolver suas potencialidades.

Diante do exposto, evidenciamos que a trajetória inicial das atletas paralímpicas sul-rio-grandenses ocorreu de maneira distinta. Enquanto Anelise Hermany e Vera Bergamo envolveram-se com o atletismo no ambiente educacional do Instituto Santa Luzia, cujo objetivo era a formação cidadã e o esporte de participação, o caso da Leila Marques difere, pois se inseriu no esporte paralímpico já tendo por meta o alto rendimento. Ainda que ingressaram no esporte paralímpico de maneiras distintas, dentre as características que aproximaram as atletas, destaca-se o desejo de continuidade nos treinamentos e a participação em eventos esportivos mundiais, em particular, os Jogos Paralímpicos. A preparação para este evento, entretanto, exigiu das atletas perseverança. Foi preciso na esfera esportiva, sem revelar as circunstâncias da vida pessoal, buscar formas de deslocamento para chegar aos locais de treinamento, adaptar estratégias de treino, adequar uniformes e buscar, apoio financeiro em empresas privadas para tornar possível este anseio.

As pioneiras rumo aos Jogos Paralímpicos de 1988 em Seul

A década de 1980 parece que se constituiu em um período propício para o desenvolvimento do esporte para deficientes visuais em Porto Alegre. Dentre as ações desenvolvidas, destacamos a criação da ACERGS e da SELB, além da significativa contribuição do Instituto Santa Luzia à conformação deste campo esportivo, no estado do RS. Estas instituições foram os locais que oportunizaram as atletas Anelise Hermany, Leila Marques e Vera Bergamo vislumbrar outro universo e mudar o rumo de suas vidas por meio da prática esportiva.

A atleta Vera Bergamo recordou-se da participação da equipe sul-rio-grandense na seletiva nacional para os Jogos Paralímpicos de 1984 em Nova York, ocorrida no Rio de Janeiro, um ano antes em 1983. Segundo a atleta³⁵, a ACELB de Porto Alegre, empenhou-se na arrecadação de recursos junto a empresas privadas do estado, para tornar possível a viagem dos atletas. Foi somente em razão deste auxílio que nossa participação na competição tornou-se possível, afirmou Vera³⁵.

As competições nacionais, por sua vez, refletiam de certa forma, o processo embrionário do esporte paralímpico no país^{11*}. Em depoimento, as atletas comentaram como eram realizadas as disputas: um atleta por vez realizava a prova de corrida na pista e o tempo de cada uma era cronometrado. Quando todas já tivessem realizado a prova, relacionavam-se as marcas e se obtia a classificação final. Para Vera Bergamo, esta forma de organização não proporcionava “aquela sensação de estar competindo com outros e de poder dar um pouquinho a mais para passar”³⁵ (p. 4).

Nestas competições se sobressaía, muitas vezes, o improviso. Eram notórias, segundo Vera, as adaptações nos locais de prova e também nas áreas de estadia e circulação dos atletas³⁵. Apesar das condições desfavoráveis, as atletas continuaram buscando resultados positivos em campeonatos nacionais e, na mesma medida, índices que tornassem possível a participação em Jogos Paralímpicos. Para a atleta Anelise Hermany, esta vontade tornou-se realidade, quando conquistou cinco medalhas de ouro nas provas de corrida, salto em altura e salto em distância, na seletiva nacional, realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1983. Em decorrência de seu ótimo desempenho, além de conquistar a vaga para os Jogos Paralímpicos de 1984, em Nova York, foi carinhosamente chamada de “Super Ane”³² (p.1).

De igual forma, a atleta Vera Bergamo também teve a oportunidade de participar da seletiva nacional no Rio de Janeiro, com vistas a compor a delegação de atletismo para os Jogos Paralímpicos de 1984, em Nova York. Na ocasião, a atleta conquistou a medalha de ouro na prova dos 100 metros rasos. A atleta Leila Marques, por sua vez, em

¹¹Cabe referir que nesta época ainda não havia sido implementado o sistema de classificação funcional dos atletas⁶⁻⁴¹⁻⁴².

decorrência de sua recente inserção na equipe sul-rio-grandense e, por estar na fase inicial de seus treinamentos, não pode participar da seletiva para os Jogos Paralímpicos.

A convocação oficial dos atletas da equipe de atletismo para os Jogos Paralímpicos de 1984, ocorreu no próprio ano. Ressaltamos que a convocação dos atletas em período de tempo próximo do evento, também evidencia a fase incipiente do esporte paralímpico no Brasil. Cabe lembrar que apenas a partir de 1972 o Brasil começou a enviar representação de atletas para os Jogos Paralímpicos³⁹.

O grupo de deficientes visuais convocado para os Jogos Paralímpicos de 1984, foi composto por seis atletas: Edson Lopes Silva, Fernando Lauriano Melo e Sérgio Dias, do Rio de Janeiro; Anelise Hermany e Guaracy Fernandes do RS; e Mário Sérgio Fontes, do Paraná. A atleta Anelise Hermany era a única atleta mulher do grupo de deficientes visuais, sendo também a mais jovem da delegação. Entretanto, a despeito de seu nome constar na lista dos atletas convocados, um impasse ocorrido dias antes da viagem colocou em dúvida sua participação no evento.

Em sua narrativa a atleta apontou que devido à falta de incentivos financeiros, os organizadores da equipe brasileira haviam conseguido passagens aéreas para cinco atletas apenas e, em razão disso decidiram, inicialmente, por sua exclusão do grupo. Este empecilho, contudo, foi resolvido um dia antes da viagem, a tempo da atleta embarcar para representar o país no evento. Em seu relato, a atleta narrou a sensação quando soube que participaria dos Jogos Paralímpicos de 1984: “Nossa... Eu fiquei... Meu Deus! Para mim era um sonho. Eu nunca imaginei! A gente treinava por treinar. A gente competia por esporte. Quando saiu que eu poderia viajar, eu disse: Meu Deus, que coisa maravilhosa!” Inclusive, seu depoimento revela que a confirmação de sua participação no evento serviu como motivação para o treinamento: “Comecei a me dedicar ao treinamento, consegui os méritos e, apesar de toda a confusão das passagens, que foi um estresse para todo mundo, no final deu tudo certo”³² (p. 7).

O depoimento da atleta denota que quando começou a treinar não tinha a perspectiva ou, talvez, não era mostrado para ela a possibilidade de participar de competições esportivas para além do estado ou do país. Temos a impressão que não havia planejamento ou calendário de competições, lacuna que reforça a fase embrionária do esporte paralímpico no estado. Na entrevista de Anelise é possível perceber que “não foi fácil”, como ela mesma afirmou, quando questionada sobre o treinamento: “A gente trabalhava o dia inteiro e ia treinar a noite em uma pista de carvão, ali na Osvaldo Cruz. Era uma pista de 250m, não era nem oficial. Ali era um inferno. No verão, meu amigo, treino “pegado”. Sapatilha saía de lá “pretinha”. Nossa! Mas, olha, foi muito gratificante”³² (p. 7).

Ao final de sua primeira competição mundial, com 17 anos de idade, a atleta Anelise Hermany, retornou ao Brasil e ao RS, com três medalhas paralímpicas: duas de prata, nas provas de 100 metros rasos e no salto em distância, na classe B2^{12*}; e uma de bronze, na prova de 800 metros rasos, também na classe B2³⁶. Torna-se imprescindível destacarmos que a atleta conquistou três de um total de seis medalhas para o Brasil na competição. Além disso, foi a única atleta deficiente visual a retornar dos Jogos Paralímpicos de Nova York com medalha, sendo que esta conquista a tornou a primeira atleta deficiente visual brasileira a conquistar medalha em Jogos Paralímpicos.

No seu retorno dos Jogos Paralímpicos de Nova York, o percurso da atleta Anelise Hermany no atletismo prosseguiu na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, onde passou a residir. Em depoimento, a atleta recordou-se que, naquela época, a Associação dos Deficientes Visuais do Paraná (ADEVIPAR) estava estruturando uma equipe de atletismo paralímpico e, em razão disso, seu irmão Evaldo insistiu para que ela se integrasse a eles, o que acabou ocorrendo e trouxe boas lembranças para ela: “Gosto muito daqui (Curitiba/PR), mas foi complicado no início para eu me adaptar aos costumes. [...] Mas, eu só tenho a agradecer a esta cidade que me acolheu, todos os amigos e tudo que aconteceu aqui também”³² (p. 7).

O relato da atleta assinala as dificuldades de adaptação a cidade e ainda refere as características da vida de

¹²Os atletas classificados funcionalmente como B2, são aqueles que possuem uma limitação no campo visual em 5 graus ou acuidade de 2/60⁴¹⁻⁴².

muitos atletas paralímpicos brasileiros, mesmo daqueles que se dedicam ao esporte no tempo presente. Sobre este assunto, destacamos o depoimento do atleta da seleção brasileira de goalball, Alexsander Almeida Maciel Celente⁴³, que divide sua rotina entre a atividade profissional e os treinamentos. Alexsander conta que é concursado no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) desde o ano de 2003 e que, aquele é seu “emprego mesmo, é ali que eu ganho a minha vida”. Além disso, declara que, apesar de atualmente contar com o auxílio advindo do programa bolsa atleta^{13*} é seu emprego no BRDE que o sustenta⁴³ (p. 9).

Nesta mesma direção que remete a reflexão sobre a vida profissional e a esportiva, Anelise menciona que, ao mudar-se para Curitiba/PR, treinava à noite depois de um dia de trabalho. Tornou-se notório em sua narrativa que o treinamento era marcado pela intensidade, quando muita energia já havia sido despendida durante o dia na atividade profissional. As instalações esportivas, por sua vez, não eram oficiais, sendo a pista feita carvão. Embora a atleta silencie, indagamos sobre a iluminação do local, mesmo ela sendo uma atleta deficiente visual. Apesar das condições descritas acima, neste período, Anelise Hermany estava “no auge de sua forma física”³² (p. 2), fato este que a impulsionou a participar do “Campeonato Sul-Americano de Atletismo Paralímpico”, realizado Venezuela, no ano de 1985. A atleta Vera Bergamo também esteve presente na competição e retornou ao Brasil com quatro medalhas de ouro.

O auge das trajetórias esportivas das três atletas sul-rio-grandenses ocorreu no ano de 1988. Assim, diferentemente da edição anterior dos Jogos Paralímpicos, em 1984, quando apenas Anelise Hermany esteve presente, as atletas Leila Marques e Vera Bergamo, também foram convocadas. Além delas, a atleta Ádria Rocha Santos, natural de Minas Gerais, também fez parte da equipe brasileira de atletismo que foi aos Jogos Paralímpicos de 1988, em Seul. Na época, Ádria Santos tinha 14 anos de idade e, pela primeira vez, foi convocada para representar o país neste evento⁹.

Em Seul, as atletas se aproximaram ainda mais, uma vez que, permaneciam juntas durante todo o tempo, seja dividindo alojamento e fazendo as refeições, seja na pista realizando seus treinamentos. Conforme depoimento de Anelise Hermany³², a delegação brasileira de atletismo chegou a Seul cinco dias antes do início das provas e permaneceu na Coreia do Sul por cerca de quinze dias. O retorno ocorreu logo depois do encerramento dos Jogos Paralímpicos.

A atleta Leila Marques apesar de estar, consideravelmente, inserida no universo esportivo, relatou que não tinha dimensão do que era o esporte paralímpico. Destacou em seu depoimento⁴⁵ que, ao chegar a Seul, deparou-se com uma realidade oposta àquela presente no Brasil. A estrutura de apoio das demais equipes era inigualável, diferenciando-se desde os uniformes até as avançadas técnicas de treinamento. A delegação brasileira, por exemplo, não teve recursos financeiros suficientes para enviar um professor/treinador junto da equipe para dar o apoio necessário durante a competição, alegou a atleta⁴⁵.

Da mesma forma, a atleta Vera Bergamo narrou algumas das diferenças existentes na estrutura esportiva paralímpica do Brasil, quando comparada a de outros países. Para ela, durante os Jogos Paralímpicos de 1988, Seul, tornou-se notório o maior desenvolvimento do esporte paralímpico em países como o Canadá, Espanha, Alemanha, Estados Unidos, Rússia e Itália, seja em assuntos relacionadas aos incentivos e patrocínios, sejam vinculadas às técnicas específicas de treinamento³⁵. A atleta Vera Bergamo também relatou que tecnicamente, a delegação brasileira estava abaixo das demais equipes que se destacavam nos Jogos Paralímpicos. Mostrou-se ciente das condições e, antes mesmo de ir a Seul, traçou uma meta pessoal: “Eu sabia das minhas condições e do restante do mundo [...], então, eu sempre dizia que se eu conseguisse bater meu recorde em Seul, eu já estaria maravilhada. E consegui. Baixei um segundo, mais ou menos, mas, consegui baixar”³⁵ (p. 13).

Na narrativa da atleta Vera Bergamo, torna-se manifesto um sentimento de vitória ao perceber que havia conseguido atingir sua meta pessoal, a qual dizia respeito, apenas, a superação de seus próprios índices. Com relação a

¹³Sobre o Programa Bolsa Atleta, ver Mezzadri, *et al.*⁴⁴.

isso, a professora Katia Rubio em seu estudo sobre atletas olímpicos, destaca que “a competição contra si mesmo, compreende uma espécie de luta privada, íntima, onde o competidor é também seu juiz”⁴⁶ (p.87). Tal afirmação possibilita compreender o caso da atleta paralímpica Vera Bergamo, que traçou um objetivo para si e procurou competir, unicamente, consigo mesma.

Ao final da mesma competição, a atleta Anelise Hermany conquistou a medalha de prata nos 800 metros rasos, ao completar a prova em um tempo de 2min32seg50. Já a medalha de bronze nos 400 metros rasos foi conquistada em um tempo de 1min05seg94. A atleta competiu em ambas às provas pela classe B2. Em depoimento, Anelise Hermany relatou comovida sua conquista: “Esta foi a medalha que mais me emociona quando eu falo, porque foi uma superação muito grande. Foi maravilhoso. E é uma história maravilhosa. Não me arrependo de nada que eu fiz. Foram treinos difíceis.” As dificuldades enfrentadas no treinamento são possíveis de serem dimensionadas, quando a atleta conta como era na época: “A gente não tinha patrocínio, não tínhamos sapatilha, tênis. Treinávamos com qualquer coisa, na pista de carvão”³² (p.3). Embora, com todos os obstáculos enfrentados não apenas na prática esportiva, mas na esfera pessoal, a atleta³² (p. 3) mostra-se satisfeita com as oportunidades que teve: “Só tenho a agradecer. Se eu tivesse que voltar e fazer tudo de novo, eu voltaria, voltaria mesmo”.

De igual forma, ao rememorar sua participação na competição de 100 metros e nos 400 metros rasos, em Seul, a atleta Vera Bergamo descreveu que o fato marcante foi perceber a grande presença de pessoas no estádio, mesmo sendo deficiente visual; inclusive fez uma estimativa da lotação do estádio dizendo que havia, aproximadamente, 50 mil pessoas assistindo a competição. Para ela, saber que estava representando o Brasil no maior evento esportivo mundial teve um valor e um sentido imenso. Além disso, destacou que sua participação nos Jogos Paralímpicos de Seul, trouxe inúmeros aprendizados, tais como ter tido a oportunidade de competir ao lado da recordista mundial dos 400 metros rasos de sua categoria e, também a oportunidade de conviver com atletas de diferentes países.

A atleta Leila Marques, em sua primeira participação em Jogos Paralímpicos, classificou-se em quinto lugar em uma das provas que disputou, mesmo tendo vários obstáculos dentro e fora das pistas. A atleta repassou sua sensação ao participar do evento, na medida em que foi revivendo em suas memórias aqueles momentos:

O ginásio estava lotado. Tudo que fizeram para os outros atletas era para ti também e tu vendo e dizendo que aquilo tu só havias assistido pela televisão e que, agora, está acontecendo para ti também. Tu não acreditas que tu estás ali, vendo os teus colegas, atletas, pessoas superando os seus limites, barreiras e tudo. [...] Eu também sou capaz, eu estou aqui, mas tu não acreditas que, realmente, estás ali. Eu não acreditava que eu estava lá, naquele momento, principalmente, na abertura. [...] No momento da prova, também, quando dá a saída e tu estás ali, vai ter que dar o teu máximo. [...] Eu poderia ter ganhado uma medalha para levar ao meu país, mas, fiquei feliz por ser brasileira, por ter representado o Brasil⁴⁵ (p. 6).

O entusiasmo e a seriedade com que treinava atletismo foram características que, provavelmente, impulsionaram Leila Marques a competir na edição seguinte dos Jogos Paralímpicos, ocorridos em 1992, em Barcelona, na Espanha. Para a atleta, os resultados nesta competição também poderiam ter sido mais favoráveis se as condições para o desenvolvimento da modalidade, de modo particular e do esporte paralímpico brasileiro, de forma geral, tivessem tido subsídios adequados. Além disso, um equívoco no momento da realização de sua inscrição, fez com que ela competisse apenas na prova de 400 metros rasos. Apesar destes empecilhos, o que se tornou inquestionável, foi o sentimento de poder estar representando o Brasil em uma competição. Para ela, “ser o país, naquele momento”, e poder ouvir as pessoas a aplaudindo, sem dúvidas, foi uma sensação indescritível⁴⁵ (p. 6).

Com exceção da atleta Leila Marques, que chegou a competir nos Jogos Paralímpicos de Barcelona, as atletas Anelise Hermany e Vera Bergamo, substituíram as pistas por outros objetivos pessoais após retornarem de Seul. Esta mudança na vida do atleta é abordada pela professora Katia Rubio em seu estudo sobre os atletas olímpicos, quando afirma que “durante a fase do amadorismo estrito, as condições de treinamento e competição imprimiam um modo de

vida cuja duração tinha tempo limitado”⁴⁶ (p. 89). A despeito da autora⁴⁶ referir-se a circunstâncias do esporte olímpico, podemos relacionar suas considerações ao esporte paralímpico, uma vez que, o esporte para pessoas com deficiência no Brasil somente foi estabelecido em âmbito governamental com a criação do CPB em 1995, conforme mencionado anteriormente. A partir desta medida institucional, o esporte paralímpico começou a receber incentivos e desta forma, gradualmente, melhoraram as condições de treinamento e participação dos atletas em competições.

Conclusões

As três atletas pioneiras do atletismo compartilharam os momentos iniciais de estruturação do esporte paralímpico no estado do RS e no país. Através de suas lembranças, evidenciamos que cada uma deu um significado ao seu percurso esportivo, carregando distintas vivências e memórias. Do mesmo modo, o período e a conjuntura vivenciados pelas atletas influenciaram suas trajetórias, assim como elas, de maneira geral, marcaram um tempo na história do esporte paralímpico brasileiro, através de seus feitos.

Neste sentido, registrarmos suas lembranças, rememorando os caminhos percorridos é uma forma de preservarmos uma versão da história do esporte paralímpico no Brasil. Ademais, as atletas deixaram um legado que buscamos anotar, guardar e dar visibilidade por meio desta narrativa histórica. Tais narrativas cunham muito mais que seus percursos esportivos particulares, elas registram uma versão da história esportiva do país, que ainda tem muitas lacunas a serem completadas e silêncios rompidos. No entanto, estamos cientes de que para avançar nos rastros da história do esporte paralímpico, além de acessar um maior apanhado de documentação, se faz necessário também coletar e analisar outras fontes orais, muitas das quais foram aludidas pelas atletas entrevistadas.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Referências

1. Brasil. Decreto-Lei nº 3199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país [Internet]. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. 1941 abr 14. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13199.htm/ [2015 nov 5].
2. Brasil. Conselho Nacional de Desportos. Deliberação 7/65, de 2 de agosto de 1965. Baixa instruções às entidades desportivas do país sobre a prática de desporto pelas mulheres [Internet]. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. 1965 ago 2. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2962672/pg-33-secacao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-09-1965/> [2016 out. 20].
3. Brasil. Conselho Nacional de Desportos. Deliberação 10/79, de 31 de dezembro de 1979. Baixa instruções às entidades esportivas do país, para prática de desportos para as mulheres [Internet]. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. 1979 dez 31. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3438879/pg-92-secacao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-31-12-1979/> [2016 out. 20].
4. Martini SRB. Memórias dos atletas olímpicos dos clubes sul-rio-grandenses (1960-1972). [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS; 2013.
5. Winnick JP. Educação Física e Esportes adaptados. 3. ed. Barueri (SP): Manole; 2004.
6. Marques RFR *et al.* Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. 2009; 23(4): 365-377.
7. Parsons A, Winckler C. Esporte e a Pessoa com Deficiência – Contexto Histórico. In: Marco TM, Ciro W, organizadores. Esporte paralímpico. São Paulo (SP): Editora Atheneu; 2012. p.3-14.
8. Mello MT, Winckler C. Esporte Paralímpico. São Paulo (SP): Editora Atheneu; 2012.
9. Observatório do Esporte Paralímpico. Ádria Rocha Santos. [documentário]. 13min16seg Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nehmeparalimpico/depoimentos/documentarios/>. [22 out 2016].

10. Observatório do Esporte Paralímpico. Anelise Hermany. [documentário]. 13min09seg Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nehmeparalimpico/depoimentos/documentarios/>. [22 out. 2016].
11. Observatório do Esporte Paralímpico. Josiane Dias de Lima. [documentário]. 13min59seg. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nehmeparalimpico/depoimentos/documentarios/>. [22 out 2016].
12. Observatório do Esporte Paralímpico. Maria Luiza Passos. [documentário]. 10min46seg Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nehmeparalimpico/depoimentos/documentarios/>. [22 out 2016].
13. Observatório do Esporte Paralímpico. Vera Luiza Bergamo. [documentário]. 13min18seg. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nehmeparalimpico/depoimentos/documentarios/>. [22 out 2016].
14. Tonon L. A história de vida da nadadora Susana Schnarndorf. *In: Anais do XIII Encontro Nacional de História Oral – História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade*. 2016. p. 1-11.
15. Carmona EK, Pereira EL, Mazo JZ. Tênis de Mesa Adaptado: pelos Caminhos do Esporte em uma Cadeira de Rodas. *Revista Biomotriz*. 2015; 9(1): 38-53.
16. Assis J. Para-Heróis. Caxias do Sul (RS): Belas-Letras; 2014.
17. Carneiro B, Hanai D. A Valsa do Pódio [DVD]. Cinematográfica Superfilmes; 2013.
18. Begossi TD. As atletas pioneiras no cenário paralímpico sul-rio-grandense: nuances de uma prática esportiva. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Porto Alegre: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS; 2015.
19. Secretaria de Educação Física e Desportos/Ministério da Educação e Cultura (SEED/MEC) Atividade física para deficiente – Ano Internacional das pessoas deficientes. 1981.
20. Melo VA, Fortes R. História do Esporte: panorama e perspectivas. 2010; 12(22): 11-35.
21. Booth D. História do esporte: abordagens em mutação. *Recorde: revista de História do Esporte*. 2011; 4(1): 1-40.
22. Vamplew V. História do Esporte no cenário internacional: visão geral. *Revista Tempo*. 2013; 19(34): 5-17.
23. Burke P. O que é História Cultural? Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar Editor; 2005.
24. Pesavento SJ. História & História Cultural. 2. ed. Belo Horizonte(MG): Autêntica; 2004.
25. Chartier R. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa (PT): DIFEL; Rio de Janeiro(RJ): Bertrand Brasil; 2000.
26. Alberti V. História oral e a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro (RJ): Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; 1989.
27. Alberti V. Manual de História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV; 2005.
28. Lira MCF, Schlindwein LM. A pessoa cega e a inclusão: Um olhar a partir da psicologia histórico-cultural. *Caderno Cedes*. 2008; 28(75): 171-190.
29. Morato MP, Gomes MSP, Scaglia AJ, Almeida JGG. A mediação cultural no futebol para cegos. *Movimento*. 2011; 17(04): 45-63.
30. Carmona EK. Atletas deficientes visuais sul-rio-grandenses nos Jogos Paralímpicos: cenários e memórias. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Escola de Educação Física Fisioterapia e Dança da UFRGS; 2015.
31. História. Institucional, Instituto Santa Luzia, Porto Alegre; 2015. Disponível em: <http://www.isl-rs.com.br>. [2015 out 14].
32. Hermany A. Depoimento de Anelise Hermany. Entrevista concedida ao Projeto Memórias do Esporte Paralímpico no Brasil: um estudo sobre a participação de atletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos (1972-2012). Porto Alegre (RS), 2015.
33. Taube FAR. Depoimento de Fredolino Adalberto Ricardo Taube I. Projeto Garimpendo Memórias. Porto Alegre (RS): Centro de Memória do Esporte – ESEFID/UFRGS, 2002.
34. Brumer A, Pavei K, Mocelin DG. Saindo da “escuridão”: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. *Sociologias*. 2004; 6(11): 300-327.
35. Bergamo VL. Depoimento de Vera Luiza Bergamo. Entrevista concedida ao Projeto Memórias do Esporte Paralímpico no Brasil: um estudo sobre a participação de atletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos (1972-2012). Porto Alegre (RS), 2015.
36. Comitê Paralímpico Brasileiro. Jogos Paralímpicos. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/>. [2015 out 14].

37. Nossa história. Ata de fundação. Associação de Cegos Luiz Braille - ACELB. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.acelb.org.br/default.php?PHPSESSID=1b9174683b07cda4c55f1aa83366e550>. [2015 out 14].
38. Costa AMC. Depoimento de Alberto Martins da Costa. Projeto Garimpendo Memórias. Porto Alegre (RS): Centro de Memória do Esporte – ESEFID/UFRGS, 2013.
39. Araújo PF. Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidades. [Tese de Doutorado]. Campinas: Faculdade de Educação Física da UNICAMP, 1997.
40. Pereira R, Osbone R, Pereira A, Cabral S. A importância do desporto de alto rendimento na inclusão social dos cegos: Um estudo centrado no Instituto Benjamin Constant – Brasil. *Motricidade*. 2013; 9(2): 94-105.
41. Marques RFR, Gutierrez GL, Almeida MAB. Investigação sobre as configurações sociais do subcampo do esporte paralímpico no Brasil: os processos de classificação de atletas. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. 2012; 23(4): 515-527.
42. Cardoso VD, Gaya A. A Classificação funcional no Esporte Paralímpico. *Conexões*. 2014; 12(2): 132-146.
43. Celente AAM. Depoimento de Alessander Almeida Maciel Celente. Projeto Garimpendo Memórias. Porto Alegre (RS): Centro de Memória do Esporte – ESEFID/UFRGS, 2013.
44. Mezzadri FM, Figuerôa KM, Reis RE, Silva MM. Dez anos do Programa Federal “Bolsa Atleta”: um mapeamento inicial das modalidades paralímpicas (2005-2014). *In: Anais do XIX Conbrace e VI Conice*, 2015; p. 1-19.
45. Marques L. Depoimento de Leila Marques. Entrevista concedida ao Projeto Memórias do Esporte Paralímpico no Brasil: um estudo sobre a participação de atletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos (1972-2012). Porto Alegre (RS), 2015.
46. Rubio K. O imaginário da derrota no esporte contemporâneo. *Psicologia e Sociedade*. 2006; 18(1): 86-91.